



RESENHA DO LIVRO *POLÍTICAS CULTURALES Y CIUDADANÍA*

estratégias simbólicas para tomar las calles, de Víctor Vich

REVIEW. *POLÍTICAS CULTURALES Y CIUDADANÍA: ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS PARA TOMAR LAS CALLES, BY VÍCTOR VICH*

Renan Santos¹

.....
1 Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: rmazzos@gmail.com

RESUMO:

Resenha do livro *Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles*, publicado em 2021 pelo pesquisador peruano Víctor Vich. A obra aborda uma série de intervenções artísticas realizadas nos espaços públicos de Lima como exemplos eloquentes do ativismo artístico no país e do potencial das políticas culturais para intervir na mudança social e no enfrentamento de padrões culturais excludentes e discriminatórios.

Palavras-chave: políticas culturais; cidadania; ativismo artístico; espaço público.

ABSTRACT:

Review of the book *Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles* published in 2021 by the Peruvian researcher Víctor Vich. The work explores a series of artistic interventions in public spaces in Lima as eloquent examples of artistic activism in the country and the potential of cultural policies to intervene in social change and confront exclusionary and discriminatory cultural patterns.

Keywords: cultural policies; citizenship; artistic activism; public space.

O livro objeto desta resenha, *Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles*, do pesquisador peruano Víctor Vich, foi posto em circulação em 2021 conjuntamente pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), Instituto de Estudios Peruanos e HyA Ediciones. A obra também possui uma versão digital, acessível gratuitamente no repositório da CLACSO, qual seja, a edição consultada para esta resenha. Nesta breve apresentação da leitura, muito antes de pretender reconstituir integralmente as linhas de raciocínio de Víctor Vich, assume-se tarefa mais modesta de apresentar um pequeno balanço de seus argumentos e achados empíricos e convidar à leitura do original.

Pode gerar algum estranhamento que, num livro cujo título engloba as noções de políticas culturais e cidadania, não se tenha reservado espaço para uma delimitação analítica do que se entende por ambas. Em relação à ideia de cidadania, esta é abordada apenas alusivamente. Já em relação à ideia de políticas culturais, embora falte uma definição mais explícita, o autor delinea ao longo de todo o texto o seu conteúdo normativo, ou seja, como essas políticas culturais deveriam ser concebidas, em quais âmbitos deveriam intervir, quais objetivos deveriam almejar. Mesmo assim, ajustadas as expectativas

suscitadas pelo título do livro, é possível afirmar que a ausência de tais definições operativas não compromete a qualidade das reflexões apresentadas. Isso porque a correlação entre políticas culturais e seu potencial para promoção de cidadania emerge de maneira evidente e persuasiva na argumentação do autor.

Toda a argumentação de Vich gira em torno de situar as políticas culturais como dispositivos cruciais para visibilizar conflitos políticos e culturais e intervir na mudança social. Um dos pontos centrais no arco argumentativo seguido pelo autor é a redefinição da cultura para além de uma conotação unicamente positiva, vinculada estritamente ao campo da arte e das práticas simbólicas socialmente valorizadas, mas reconhecendo-a como um “modo de vida”, delineando os vínculos entre as pessoas e os hábitos arraigados na vida cotidiana. A argumentação se ancora nas palavras de Raymond Williams, que concebe a cultura como “algo ordinário”, ressaltando que, quando vista sob essa perspectiva, a cultura revela-se também em um conjunto de práticas discriminatórias e excludentes. Ou seja, é na cultura onde se produzem e reproduzem as discriminações, onde se enraízam os autoritarismos e a corrupção, onde se naturalizam as desigualdades e as exclusões sociais.

É nessa perspectiva que o autor sustentará ao longo de todo o texto a urgência de se reconhecer e tornar visíveis as raízes culturais das desigualdades e das exclusões sociais, um dos principais objetivos que tais políticas deveriam perseguir. Caberia às políticas culturais, na visão do autor, não apenas intervir no campo simbólico, mas também na vida cotidiana e na reconfiguração das relações sociais e políticas. Para Vich, qualquer projeto de política cultural, quer seja oriundo do Estado, do mercado ou da sociedade civil, precisa ir além da mera gestão administrativa, logística e financeira do setor cultural e ter claros objetivos de intervir na transformação social, buscando não só democratizar a produção simbólica, mas também transformar os sentidos comuns existentes e as relações entre as pessoas. A rigor, essas reflexões já foram abordadas em maior detalhe em um livro anterior do autor (Vich, 2014),

e ressurgem nos dois capítulos iniciais do livro aqui resenhado – respectivamente, “La necesidad del arte: políticas culturales para recuperar lo público y lo común” e “Qué es un gestor cultural? En defensa y en contra de la cultura” – como um quadro de referência para analisar as intervenções de rua apresentadas nos capítulos subsequentes.

Do terceiro ao décimo capítulo, Vich toma como ponto de referência uma empiria poderosa como evidência para sua argumentação, e aí residem os principais achados do livro. O autor apresenta com considerável riqueza de detalhes, inclusive iconográficos, diferentes iniciativas oriundas da sociedade civil peruana e postas em ação nos territórios por meio de intervenções artísticas e políticas realizadas nas ruas de Lima. No encadeamento do livro, essas intervenções estão organizadas tematicamente nesta ordem: políticas culturais e jornada laboral; políticas culturais e gênero; políticas culturais e combate à corrupção; políticas culturais e meio ambiente; políticas culturais e racismo; políticas culturais e políticas linguísticas; políticas culturais e direitos humanos; políticas culturais e patrimônio.

Em cada um dos capítulos, Vich defende a importância do ativismo, especialmente no campo cultural e artístico, como meio de transformar a cultura existente e desafiar a inércia cotidiana, reconhecendo a importância do papel da arte na política, não como substituto, mas como complemento possível e desejável. As intervenções artísticas selecionadas emergem como exemplos eloquentes desses ativismos artísticos que são, segundo o autor, “intervenções que se apropriam do espaço público, a fim de repensar as condições em que habitamos o mundo, vale dizer, a fim de chamar atenção sobre situações locais onde se condensam o poder, as falhas e os limites do sistema social imperante” (Vich, 2021, p. 12, tradução nossa), e que são interpretadas por ele como “práticas deliberativas de uma sociedade civil que tenta propor alternativas distintas para a vida coletiva” (Vich, 2021, p. 13, tradução nossa).

As intervenções de rua abordadas por Vich assumem feições diversas, desde ações concebidas e realizadas coletivamente como a instalação

Macholandia e o festival urbano *Alocate*, realizados pelo coletivo *Ciudadanas X*: ativismo cultural y derechos humanos, para tematizar e denunciar machismos e violências de gênero e lgbtfóbicas; o festival *Futuro caliente*, que criou uma instalação produzida com 260 toneladas de material reciclado e nela realizou fóruns públicos para debater a questão climática; ou a intervenção *Lava la bandera*, que se multiplicou por todo o país, que consistia precisamente numa cerimônia de lavagem coletiva e pública da bandeira peruana para denunciar a corrupção. Há também performances e intervenções realizadas por artistas individualmente, como a série de performances chamada *El desatorador*, do artista Emilio Santisteban, que realiza uma “desobstrução” simbólica das instituições políticas e culturais de Lima; a intervenção feita pelo artista Marcelo Zevallos sobre um monumento público em homenagem à classe trabalhadora, denunciando diferentes aspectos precários do trabalho no país. São notáveis também, no inventário de iniciativas valorizadas por Vich, o Museo Itinerante de Arte por la Memoria, que realiza inúmeras instalações, murais e performances em diferentes pontos do país para ativar a reflexão e a memória sobre a violência política, e as aulas públicas e gratuitas do idioma nativo quechua realizadas pelo coletivo Quechua para Todos.

Esta é apenas uma pequena parcela da ampla variedade de iniciativas e casos de estudos constantes no livro. Numa visão de conjunto, as intervenções apresentadas por Víctor Vich têm em comum a aposta em “estratégias simbólicas” para fazer ressoar suas demandas no espaço público, abrir espaços de reflexão cidadã e propor novos imaginários. Nos termos do autor, além ampliar e enriquecer o arquivo cultural das lutas sociais, tais intervenções “propõem uma recusa em continuar a ser o que somos (ou o que nos disseram que somos) e sustentam que o próprio ato de simbolizar os antagonismos sociais contribui para direcionar a ação política diferente e ativar novo pensamento crítico” (Vich, 2021, p. 15, tradução nossa).

Ao percorrer as reflexões apresentadas por Víctor Vich nessa obra, abrem-se possibilidades de abordar as políticas culturais não apenas

como realizações ou ausências estatais no âmbito cultural, mas fundamentalmente como manifestações que emanam das bases, das lutas sociais e dos ativismos oriundos da sociedade civil. Embora toda a discussão esteja centrada nas dinâmicas sociais e culturais da sociedade peruana, reverbera questões amplas de raízes culturais, como o machismo, o racismo, a corrupção, que seguramente também precisam ser enfrentadas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

VICH, Víctor. *Desculturizar la cultura: la gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

VICH, Víctor. *Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2021.